



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

# Relatório de Audiência

**Dia:** 03 de Dezembro de 2008

**Hora:** 12H00

**N.º 107/X-4.ª**

**ENTIDADE:** ACPEEP – Associação de Creches e Pequenos Estabelecimentos de Ensino Particular (Organização sem fins lucrativos), representada pelo Professor Dr. Artur Baptista da Silva, pela Dr.ª Fernanda Coelho e pelo Dr. Carlos Chumbinho.

**ASSUNTO:** Propostas apresentadas pela ACPEEP ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

**Recebida pelos Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), Miguel Queiroz (PSD) e Jorge Machado (PCP)**

Os requerentes da audiência começaram por apresentar a respectiva Associação patronal, que foi formada recentemente, e é representativa de pequenos e médios colégios com 250 alvarás em média, o que corresponde aproximadamente a um universo de 700 colégios e 2500 funcionários, apresentando de seguida um protesto pelo facto de o Estado os discriminar em relação ao sector social por terem fim lucrativo, como se se tratasse de uma pretensão ilegal.

Disseram ter conhecimento de escolas clandestinas, que funcionam sem alvará, em que mais de um terço das crianças com menos de 3 anos frequentam a creche e que concorrem de forma desleal designadamente com os seus associados. A este respeito, deram a conhecer um ofício remetido ao Secretário-Geral da ACPEEP pelo Gabinete do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, na sequência de uma audiência que teve lugar no passado dia 19 de Junho de 2008, em cujo ponto 4 é referido "(...) ter sido devidamente reencaminhado para os serviços competentes deste Ministério a listagem de entidades que supostamente têm a funcionar creches de forma não compatível com as normas legais em vigor."

Defendem que os pais devem escolher livremente a creche dos filhos. Pretendem por essa razão que as vagas nas creches sejam contratualizadas à semelhança do que sucede quando o Estado faculta determinados apoios aos pais cujos filhos frequentam o sector público ou cooperativo, apelando assim para que os Deputados operem uma mudança na lei.



A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) lembrou que, em Portugal, existe uma rede pública, uma rede solidária e uma rede privada e que a opção do Governo tem sido no sentido do reforço da rede pública e da rede solidária. Também disse acreditar que não esteja em causa a rede privada, que continua a ser muito procurada. Informou que, apesar de o PS entender que a rede pública tem de ser densificada, está na disposição de perguntar ao Senhor Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social como encara a criação de um “cheque/família” a facultar às famílias e que possa ser utilizado no ensino privado.

O Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) disse que, para o PCP, na rede pública de creches e infantários, não tem havido uma resposta séria por parte do actual Governo ainda que, através do programa PARES (Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais), sejam subsidiadas IPSS em ordem à construção de equipamentos sociais. Concluiu dizendo que, apesar de o PCP ter consciência das dificuldades de alguns pequenos e médios empresários, não pode deixar de discordar, por opção ideológica, da utilização do “cheque/família” no sector privado.

O Senhor Deputado Miguel Queiroz (PSD) observou que o Estado não faz nem pode fazer tudo, concordando que os cidadãos têm o direito de escolha.

Foi deliberado solicitar esclarecimentos ao **Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social** sobre a matéria exposta no presente relatório com vista a informar a Comissão a respeito da posição adoptada pelo Governo sobre a matéria apreciada.

**Palácio de São Bento, em 20 de Janeiro de 2009.**

**A DEPUTADA,**

**Maria José Gamboa**